

Indicadores bibliométricos a respeito dos temas “Habitação Social” e “Juventude” na base Scopus

Bianca Siqueira Gonçalves¹
Eduardo Shimoda²
José Luis Vianna da Cruz³
Virgínia Siqueira Gonçalves⁴
Elias Rocha Gonçalves Júnior⁵

Grupo de trabalho: ST4 - Reorganização do território regional: a rede urbana, as mudanças na hierarquia e na estrutura interna às cidades. Infraestrutura logística e seu papel nas mudanças territoriais.

Resumo

Habitação social e juventude são questões que têm sido estudadas com frequência em função das suas diversas nuances. Poucos são os estudos que relacionam os dois assuntos. O objetivo do presente trabalho é apresentar indicadores bibliométricos sobre os temas na base Scopus. Realizou-se um levantamento em abril de 2018 para identificação do número de artigos por ano, países, instituições, periódicos, áreas e principais autores que mais publicam a respeito. Entre 1997-2018, constatou-se que o ano de 2017 apresentou o maior número de artigos publicados (16). Identificou-se que o Brasil não figura dentre os treze países que mais publicam e que o principal país a publicar sobre os temas é o Reino Unido (38,8%), seguido dos Estados Unidos (13,6%). As instituições que mais publicam artigos sobre os temas são a Universidade de Toronto, no Canadá, e a Universidade Sheffield Hallam, no Reino Unido. As áreas que mais estudam são a de ciências sociais, as ciências ambientais e a medicina. Foi possível identificar os principais autores brasileiros e mundiais que mais publicam a respeito do tema. Conclui-se que

¹ Doutoranda em Planejamento Regional e Gestão da Cidade pela Universidade Candido Mendes em Campos dos Goytacazes/RJ. Analista Fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Professora na Universidade Candido Mendes em Campos dos Goytacazes/RJ.
biancasgoncalves@hotmail.com

² Leciona e orienta na graduação e nos mestrados de POIC e Engenharia de Produção e no mestrado e doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM). Também é consultor da CAPES.
shimoda@ucam-campos.br

³ Professor Permanente e Coordenador de Pesquisa do Mestrado e do Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM).
joseluisvianna@uol.com.br

⁴ Mestranda em Engenharia de Produção pela Universidade Candido Mendes em Campos dos Goytacazes/RJ. Professora do ITECAM - Instituto Tecnológico de Campos, sediado na Universidade Candido Mendes - Campos (Campos dos Goytacazes/RJ) no Curso Técnico em Manutenção Automotiva, com ênfase em "Manutenção em Sistemas de Embreagem", "Lubrificantes, Aditivos e Combustíveis" e "Acessórios Automotivos" e no Curso Técnico em Eletrotécnica, com ênfase em "Tecnologia Mecânica".
virginiasiqueiragoncalves@gmail.com

⁵ Mestrando em Engenharia de Produção pela Universidade Candido Mendes em Campos dos Goytacazes/RJ. Professor Instrutor I na Universidade Candido Mendes - Campos (UCAM), ministrando as disciplinas Metrologia Automotiva, Motores Ciclo Otto, Manutenção em sistemas de Suspensão e Manutenção em sistemas de Freios.
eliasrgjunior1@gmail.com

a habitação social tem despertado interesse da comunidade científica e que ainda há poucos estudos que a relacione com a juventude.

Palavras-chave: Habitação Social. Juventude. Bibliometria. Produção Científica.

1 INTRODUÇÃO

Pode-se conceituar conjunto habitacional como um aglomerado de casas numa determinada região com características em comum na construção, geralmente pertencente a programas sociais de habitação (BONDUKI, 1998).

Habitação social ou habitação de interesse social é um tipo de habitação destinada à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia através dos mecanismos normais do mercado imobiliário. Empreendimentos habitacionais de interesse social são geralmente de iniciativa pública e têm como finalidade reduzir o déficit da oferta de imóveis residenciais de baixo custo dotados de infraestrutura (redes de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e energia elétrica) e acessibilidade. Alguns empreendimentos também têm a função de realocar moradores vindos de moradias irregulares ou construídas em áreas de risco (BONDUKI, 1998).

Programas de habitação social existem em vários países, centrais ou periféricos, e os imóveis podem ser alugados ou comprados mediante financiamentos subsidiados pelo governo. Geralmente, são realizados em grandes conjuntos de prédios de apartamentos, casas ou lotes urbanizados. (BONDUKI, 1998).

Prevê o ordenamento jurídico brasileiro que a política urbana deve dedicar especial atenção aos jovens, com o fomento de políticas hábeis a garanti-los o direito à cidade, sob o manto ideal da “cidade para todos”.

De acordo com o Censo 2010, os jovens ocupam, hoje, um quarto da população do País. Isso significa 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. Os números evidenciam que os jovens são uma categoria social expressiva.

A organização do espaço não é um resultado ocasional. Assume a condição de informar e representar os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social, retratando os momentos históricos de uma sociedade. Analisar o espaço enquanto expressão da estrutura social resulta, conseqüentemente, em

estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político, bem como pelas combinações e práticas sociais que ocorrem nele (BRANDÃO, 2007).

Estes temas têm sido estudados por diversos autores em diversos países, visto os efeitos socioespaciais decorrentes, e a real mensuração da produtividade científica poderia indicar o grau de investimento em pesquisas aplicadas a esses temas, uma vez que a comunidade científica costuma buscar responder os problemas intrínsecos a uma localidade.

A bibliometria constitui uma eficiente forma de mensurar e diagnosticar os esforços de pesquisa e publicação relacionados a determinado tema. Este ramo da ciencitometria pode contribuir fornecendo dados estatísticos a respeito da evolução temporal, concentração geográfica de esforços, áreas que mais têm investido, dentre outras informações interessantes.

Nesse cenário, o objetivo do presente trabalho é apresentar indicadores bibliométricos relacionados aos temas “habitação social” e “juventude”, usando a base Scopus.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 CONJUNTOS HABITACIONAIS E JUVENTUDE

Para compreender o processo de formação de uma cidade, é preciso analisar a ação dos diferentes agentes que produzem o espaço urbano e identificar quais os interesses que os motivam. É essencial observar as relações sociais desenvolvidas em um determinado espaço e examinar de que modo elas influenciam os contornos desse espaço. Para que se democratize o direito à propriedade e o direito à cidade (atuais privilégios da minoria), a apropriação coletiva do espaço urbano deve ser prioridade para o Poder Público (MARICATO, 2011).

Na grande maioria das cidades, a soma das pressões realizadas pelos representantes dos interesses políticos e econômicos locais (proprietários de terras, usineiros e mercado imobiliário) com o histórico social e econômico de fragilidade da Administração Pública faz com que as necessidades da população sejam atendidas de forma pontual, sem um planejamento conjunto dos entes envolvidos. Essa prática gera planos urbanísticos que não são executados em sua plenitude, o que favorece

a ocupação dos espaços ao redor da cidade. Estigmatizados como periferia, representam a negação ao direito à cidade e às facilidades que ela fornece ao cotidiano da vida urbana (BRANDÃO, 2007).

Sabemos que a produção do espaço urbano é complexa. Diferentes fatores e atores contribuem para a formação desses espaços urbanos e seus interesses se materializam na cidade. A ocupação do território, o sistema urbano e a própria cidade são um “subproduto” das articulações dos interesses hegemônicos (PIQUET, 2007).

Vivemos progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito, o que resulta em uma cidade que está se dividindo em diferentes partes segregadas, manifestadas em condomínios fechados de classe média e alta e, por outro lado, em favelas e áreas apartadas, desprovidas de infraestrutura adequada à ocupação e com sérios problemas de mobilidade (MARICATO, 2011).

A complexidade com que se relacionam os agentes sociais torna a produção do espaço urbano dinâmica, desigual e contraditória. A desigualdade manifesta-se a partir de diversas esferas, dentre elas, a espacial. É no espaço que os agentes se localizam e se deslocam (VASCONCELLOS, 2000, p. 199). O espaço é valorizado em função dos interesses de uso (para transporte, para atividades econômicas, dentre outras).

Rawls (2000) defende que uma sociedade será justa se respeitar três princípios: garantia das liberdades fundamentais para todos, igualdade equitativa de oportunidades e manutenção de desigualdades apenas para favorecer os mais desfavorecidos.

Vê-se que a busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria das cidades a concentrar seus esforços na promoção do crescimento de seus índices econômicos, deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento econômico é visto como meio e fim do desenvolvimento (PIQUET, 2007).

Submetida ao movimento espontâneo do mercado, a cidade passou a funcionar como uma verdadeira empresa (VAINER, 2000) e como tal passou a ser conduzida. Esse fenômeno é resultado da adoção do modelo de empreendedorismo urbano que transformou a cidade, ao mesmo tempo, em ator e objeto de uma ação estratégica.

Maricato (2002) sinaliza para o fato de que, historicamente, o urbanismo brasileiro compromete-se apenas com parte da cidade. São “ideias fora do lugar” porque, conforme a autora, o planejamento que deveria atender às necessidades do todo privilegia apenas uma parcela da sociedade.

Com 84% da população brasileira morando nas cidades (Censo 2010), uma mudança estrutural significativa ocorreu nas ordens política, social e econômica antes vigentes, acelerada durante a década de 1970. A reestruturação econômica foi responsável por alterações na organização dos espaços. Ao mesmo tempo em que migraram as pessoas do campo para os centros urbanos, os problemas urbanos se agravaram: segregação socioespacial e disparidades econômicas e de acesso a equipamentos urbanos tornaram-se marcas das cidades, sobretudo das metrópoles. Assim, uma política de diretrizes à ordenação urbana faz-se necessária (SANTOS, 2008).

A urbanização acelerada e generalizada levou à valorização do preço da terra e dos imóveis nos últimos anos em praticamente todas as cidades brasileiras. Houve uma redução da área média privativa dos lançamentos imobiliários, acompanhada de um sistemático aumento do preço do metro quadrado construído (MARICATO, 2011).

De acordo com Maricato (1997, p. 44), a valorização imobiliária está na base da segregação espacial e da carência habitacional. Em torno da apropriação da renda imobiliária é travada uma luta no contexto urbano. Há os que contemplam a cidade como valor de uso, um local para viver, e há os que contemplam na cidade um valor de troca, objeto de extração de lucro. De um lado estão os usuários, que compreendem a cidade como valor de uso. Do outro, estão aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de ganhos. Esses encaram a cidade como valor de troca. A luta que se trava na cidade é a própria expressão da luta de classes em torno do espaço construído.

Segundo Lefebvre (2001), o direito à cidade é também o direito à apropriação, sendo uma forma superior dos direitos (engloba o direito à liberdade, à individualização na socialização e o direito ao morar). O direito à apropriação, bem distinto do direito à propriedade, está, portanto, implícito no direito à cidade.

Sobre as raízes desse direito, é necessário buscar os referenciais no ano de 1967, ano em que Lefebvre escreveu a obra manifesto “Direito à Cidade”. Trata-se de um conceito acadêmico e de luta social. A cidade é vista como obra coletiva,

onde predomina o valor de uso; é um direito que deve ser exercido em sua plenitude e dispensado a todos.

Assim, o direito à cidade é também o direito de participar da construção do projeto de cidade, que envolve seus habitantes (os diversos atores sociais) e o Poder Público. Em contrapartida, a existência da pressão econômica tende a aumentar as desigualdades socioespaciais, resultantes de determinadas políticas públicas em prol de determinados grupos sociais.

Prevê o ordenamento jurídico brasileiro que a política urbana deve dedicar especial atenção aos jovens, com o fomento de políticas hábeis a garanti-los o direito à cidade, sob o manto ideal da “cidade para todos”.

De acordo com o Censo 2010, os jovens ocupam, hoje, um quarto da população do País. Isso significa 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo, atualmente, no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. Os números evidenciam que os jovens são uma categoria social expressiva.

É preciso compreender que a juventude é uma categoria sociohistórica, não sendo possível tratar a juventude no singular, mas sim as juventudes (CASSAB, 2001). Essa pluralidade mostra que as múltiplas formas de inserção do jovem, partindo-se de sua origem e posição social, será determinante para a identificação de qual jovem se está falando.

No Brasil, temos um desenvolvimento urbano marcadamente influenciado pelas transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes da filiação do País ao capitalismo. Um dos efeitos espaciais perceptíveis é a compartimentação da cidade em territórios estanquizados (OLIVEIRA, 2007). A cidade se divide em vários territórios, submetidos à lógica do mercado, e a pobreza gerada pelo capitalismo ganha uma dimensão territorial.

Nesse cenário, segundo Oliveira (2007), os jovens pobres crescem na cidade, ajudam a edificá-la, mas, na maioria das vezes, não se sentem pertencentes a ela. Com base nessas considerações, a questão central é o uso e a apropriação da cidade pelos jovens pobres, a partir de suas vivências cotidianas em diferentes espaços, sem perder de vista o direito desses jovens à cidade.

Parte-se da compreensão de que as percepções dos jovens advêm das experiências condicionadas pelo tempo e espaço em que estão inseridos. Jovens pobres, especialmente os residentes nas cidades, tendem a sofrer

constrangimentos, restrições e diferenciações espaciais, em razão da classe social, local de moradia e de sua própria condição de ser jovem (CASSAB, 2009).

A dimensão territorial ganha especial relevo no estudo sobre juventude, porque é no território, aqui compreendido como território usado (SANTOS, 1993), que se vive o cotidiano, onde as experiências se realizam e as percepções são captadas.

Diferentes grupos de jovens têm suas experiências influenciadas pelos espaços, tempos e contextos em que estão inseridos. Dessa forma, o jovem é um sujeito social, que se produz e reproduz na própria realidade. Se cada juventude deve ser entendida a partir de suas experiências individuais e de classe, definiu-se como sujeitos deste estudo os jovens moradores dos Conjuntos Habitacionais (CASSAB, 2009).

Esses jovens se distinguem ou se assemelham a outros grupos de jovens em função de valores em comum, da afinidade dos modos de vida e pelas formas como enfrentam a vida cotidiana, tudo isso de forma trançada no ambiente urbano (CASSAB, 2009).

De acordo com Cassab (2009), a condição de pobreza, experimentada pelos jovens pobres, não se dá apenas pelas restrições econômicas, mas também pelo acesso, pelo uso e pela apropriação que fazem da cidade.

É neste sentido que a discussão de território ganha relevância: o território é o lugar do cotidiano, das experiências e da construção das práticas coletivas. É no território que os jovens experimentam a vida cotidiana e realizam ações. A noção de território utilizada neste estudo é formulada por Milton Santos (1993), na perspectiva do território usado.

O espaço está indissociável da sociedade, formando o que Milton Santos (1993) denomina de espaço banal. Neste espaço, estão abrigados todos os homens, instituições e organizações. Na medida em que o espaço é usado e apropriado, transforma-se em território usado e opera-se uma análise que considera a ação e o sujeito que a realiza. É no espaço, reconstruído e construído como território usado, que os jovens existem.

Na cidade acontecem as relações sociais, onde as desigualdades se tornam evidentes e as diferenças entre os moradores são percebidas em função da ausência/presença e boa/má qualidade dos serviços públicos (PIQUET, 2007).

Há os que podem e os que não podem usufruir dos serviços e recursos oferecidos na cidade. Essa lógica transforma a cidade em um palco de injustiças e desigualdades em que os que detêm poder aquisitivo têm a possibilidade de utilizar todos os recursos disponíveis na cidade, enquanto uma parte significativa da população, desprovida de recursos, a utilizam de forma parcial (VAINER, 2011).

2.2 BIBLIOMETRIA

A busca constante por novos conhecimentos, fazendo com que as informações circulem e se disseminem por todas as partes do mundo, é um dos fatores que faz o homem realizar o inventário das atividades científicas nos mais diversos campos do conhecimento. Uma ferramenta capaz de medir a produção científica é denominada de bibliometria.

A bibliometria é um campo das áreas da biblioteconomia e da ciência da informação que aplica métodos estatísticos e matemáticos para analisar e construir indicadores sobre a dinâmica e evolução da informação científica e tecnológica de determinadas disciplinas, áreas, organizações ou países. Segundo Pritchard (1969), bibliometria significa “todos os estudos que tentam quantificar os processos de comunicação escrita”. A bibliometria tem abrangência interdisciplinar ou multidisciplinar e pode ser aplicada a diversas áreas do conhecimento. Possui estreitas relações com as áreas de cienciometria (ou cientometria), infometria, webometria, patentometria, altmetria, dentre outros.

O uso de métodos estatísticos e matemáticos para mapear informações, a partir de registros bibliográficos de documentos (livros, periódicos, artigos), ganhou densidade e legitimidade no século XX.

A bibliometria é um conjunto de leis e princípios empíricos que contribuem para estabelecer os fundamentos teóricos da Ciência da Informação. O princípio da bibliometria é o de analisar atividade científica ou técnica através de estudos quantitativos das publicações (SANTOS, 2009).

Dentro do estudo da bibliometria, há três nomes que se destacaram por suas importantes descobertas: Lotka, Zipf e Bradford. Cada um destes pesquisadores pode ser identificado com uma "lei" específica. A Lei de Lotka, ou Lei do Quadrado Inverso, aponta para a medição da produtividade dos autores, mediante um modelo de distribuição tamanho-frequência dos diversos autores em um conjunto de

documentos. A Lei de Zipf, também conhecida como Lei do Mínimo Esforço, consiste em medir a frequência do aparecimento das palavras em vários textos, gerando uma lista ordenada de termos de uma determinada disciplina ou assunto. Já a Lei de Bradford, ou Lei de Dispersão, permite, mediante a medição da produtividade das revistas, estabelecer o núcleo e as áreas de dispersão sobre um determinado assunto em um mesmo conjunto de revistas (VANTI, 2002).

De acordo com Zupic e Cater (2015), para avançar em determinada área da ciência, é importante resumir pesquisas passadas. Dentre as diversas formas de mapear a ciência, adotou-se neste trabalho o método da bibliometria. Esse método é composto por três passos: a) Passo 1 - Planejamento: nesta etapa, é determinado qual tema será pesquisado e escolhe-se qual base de dados será usada para a compilação de trabalhos; b) Passo 2 - Análise: selecionam-se o software e a ferramenta de análise apropriada; e c) Passo 3 - Detalhamento: neste passo, são visualizados e interpretados os resultados obtidos através da etapa anterior.

Esses passos são baseados nas leis da bibliometria, que, segundo a proposição de Pritchard (1969), seria uma aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros, artigos e outras mídias de comunicação. Segundo Rostirolla (2014), a bibliometria é uma área da Ciência da Informação que tem como objetivo analisar a produção científica. Ela é uma ferramenta importante na gestão da informação registrada, disponível para os pesquisadores das diversas áreas do conhecimento humano.

A meta é gerar informações e discussões que contribuam para perceber as lacunas existentes na área pesquisada. Com o uso dos métodos bibliométricos, é possível identificar os gargalos do assunto estudado.

Vanti (2002) definiu, em termos genéricos, algumas possibilidades de aplicação das técnicas bibliométricas, cienciométricas e informétricas:

- identificar as tendências e o crescimento do conhecimento em uma área;
- identificar as revistas do núcleo de uma disciplina;
- mensurar a cobertura das revistas secundárias;
- identificar os usuários de uma disciplina;
- prever as tendências de publicação;
- estudar a dispersão e a obsolescência da literatura científica;
- prever a produtividade de autores individuais, organizações e países;
- medir o grau e os padrões de colaboração entre autores;

- analisar os processos de citação e cocitação;
- determinar o desempenho dos sistemas de recuperação da informação;
- avaliar os aspectos estatísticos da linguagem, das palavras e das frases;
- avaliar a circulação e o uso de documentos em um centro de documentação;
- medir o crescimento de determinadas áreas e o surgimento de novos temas.

O estudo bibliométrico pode ser utilizado para diversos fins: para avaliar a produtividade e a qualidade da pesquisa dos cientistas (por meio da medição com base nos números de publicações e citações dos diversos pesquisadores, o que pode revelar os avanços e as tendências de publicações nas diversas áreas do conhecimento) e também para acompanhar os estudos desenvolvidos nas diferentes esferas do conhecimento científico, verificando os autores que mais publicam, os periódicos que publicam em uma determinada área, dentre outros.

Segundo Archambault et al. (2009), o aumento da disponibilidade de dados, como o impacto bibliográfico, é muito importante para avaliar as publicações, sendo que as citações podem ser incluídas como parte de uma revisão mais holística da literatura. Zupic e Cater (2015) apontam que os métodos bibliométricos empregam uma abordagem quantitativa para uma descrição e avaliação da pesquisa publicada. De fato, as técnicas bibliométricas tornaram-se um instrumento indispensável para medir o progresso científico em vários campos (DU et al., 2014).

A Scopus é uma base de dados multidisciplinar e uma importante fonte para bibliotecários, cientistas da informação, editores e pesquisadores que desejam recuperar e avaliar a literatura científica. Foi produzida pela editora Elsevier, em novembro de 2004, com cobertura desde 1960, que contém resumos de 27 milhões de artigos, referências e índices da literatura científica, técnica e médica.

A base de dados Scopus indexa 14.000 títulos de periódicos de 4.000 editoras internacionais, com atualizações diárias. A base Scopus cobre as seguintes áreas do conhecimento: química, física, matemática, engenharia, ciências da saúde e vida, ciências sociais, psicologia, economia, biologia, agricultura, ciências ambientais e ciências gerais. Mais de 60% dos títulos são de outros países que não os Estados Unidos, e 85% do conteúdo é indexado utilizando os vocabulários controlados para a definição das palavras-chave e/ou descritores. (MESQUITA et al., 2006).

A interface permite pesquisa por assunto, autor, palavras do texto, ano, etc. e os resultados podem mostrar documentos sobre os temas pesquisados e/ou as

citações recebidas por esses documentos. A pesquisa básica pode ser feita por assuntos, com delimitação de campos de dados, anos de publicação e áreas do conhecimento. A pesquisa avançada permite a utilização de estratégias complexas, utilizando operadores booleanos e códigos dos campos de dados. A base Scopus encontra-se, juntamente com o Google Scholar e a Web of Science, entre as maiores bases de dados multidisciplinares.

2.3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através da coleta de informações na base de busca de artigos científicos Scopus, disponível no Portal Periódicos da Capes. A busca foi realizada no dia 19 de abril de 2018, sendo utilizada a opção de busca rápida, que retorna as publicações que tenham a palavra digitada no título, no resumo ou nas palavras-chave.

A busca pelas informações que se encontram neste trabalho foi feita a partir da expressão booleana: (TITLE-ABS-KEY ("Social Housing")) AND (youth) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar")) AND (LIMIT-TO (SRCTYPE, "j")). E as informações relacionadas à evolução temporal, nome de autores, periódico, afiliação, veículos de comunicação, palavras-chave e país foram obtidas nos campos em que é possível refinar a busca.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

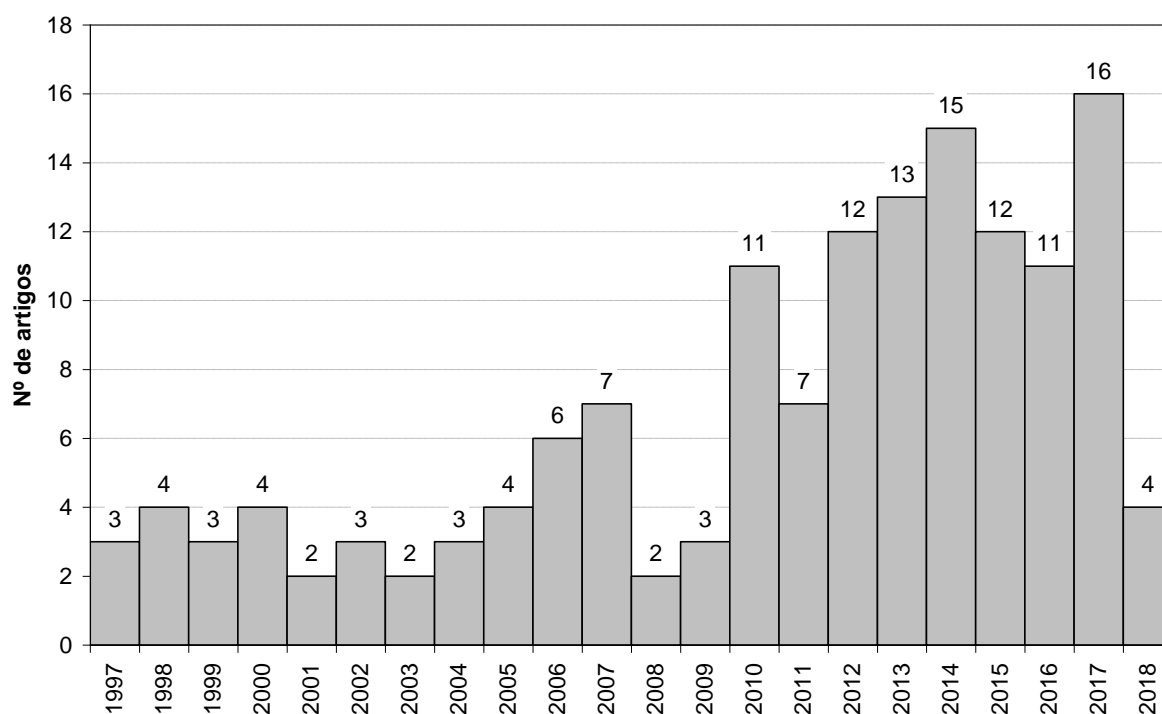


Figura 1- Número de artigos publicados mundialmente sobre os temas “habitação social” e “juventude” por ano (1997 a 2018) na base Scopus.

Na Figura 1, são apresentadas as quantidades de artigos publicações sobre os temas “habitação social” e “juventude” no mundo. É possível constatar que, no lapso temporal analisado, o ano em que houve mais publicações sobre os temas estudados foi 2017.

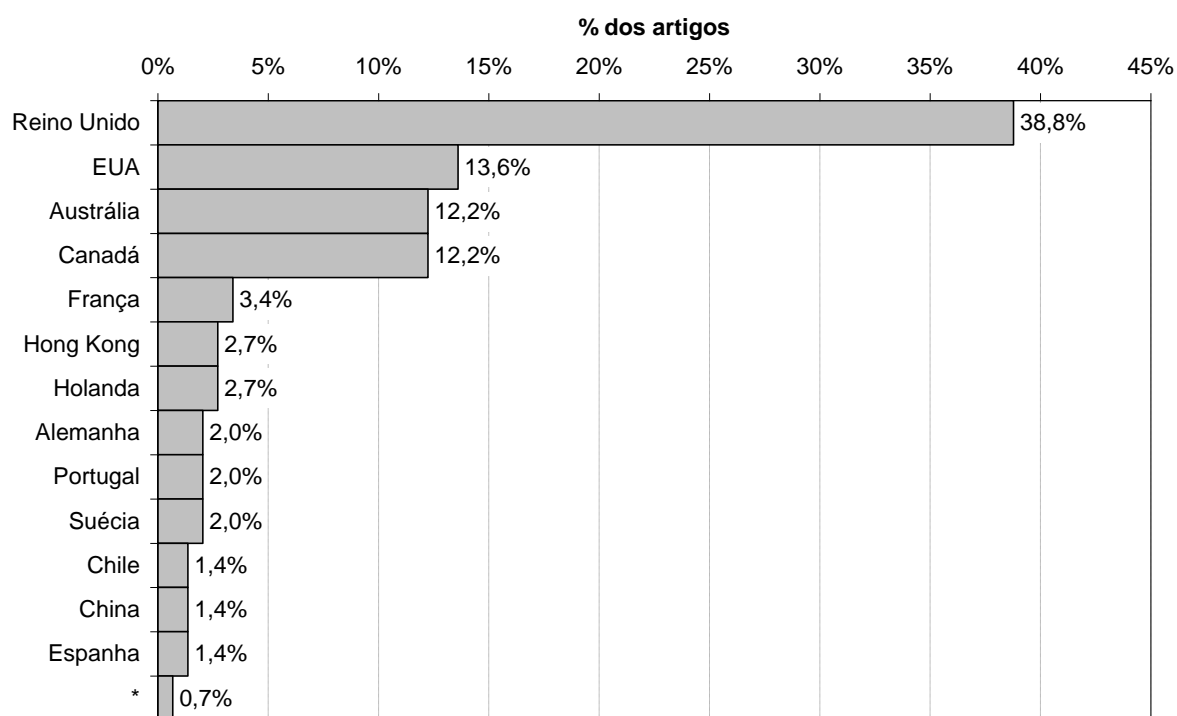


Figura 2 - Países com mais publicações sobre os temas “habitação social” e “juventude” na base Scopus.

Observando-se a Figura 2, é possível notar que o Reino Unido é o principal país que mais publica na base Scopus no que se refere aos temas “habitação social” e “juventude”. Há uma expressiva liderança deste país, pois evidencia-se um afastamento entre ele e os Estados Unidos, que é o segundo país que mais publica. Consta-se que o Brasil não figura dentre os treze países que mais publicam a respeito dos temas em análise.

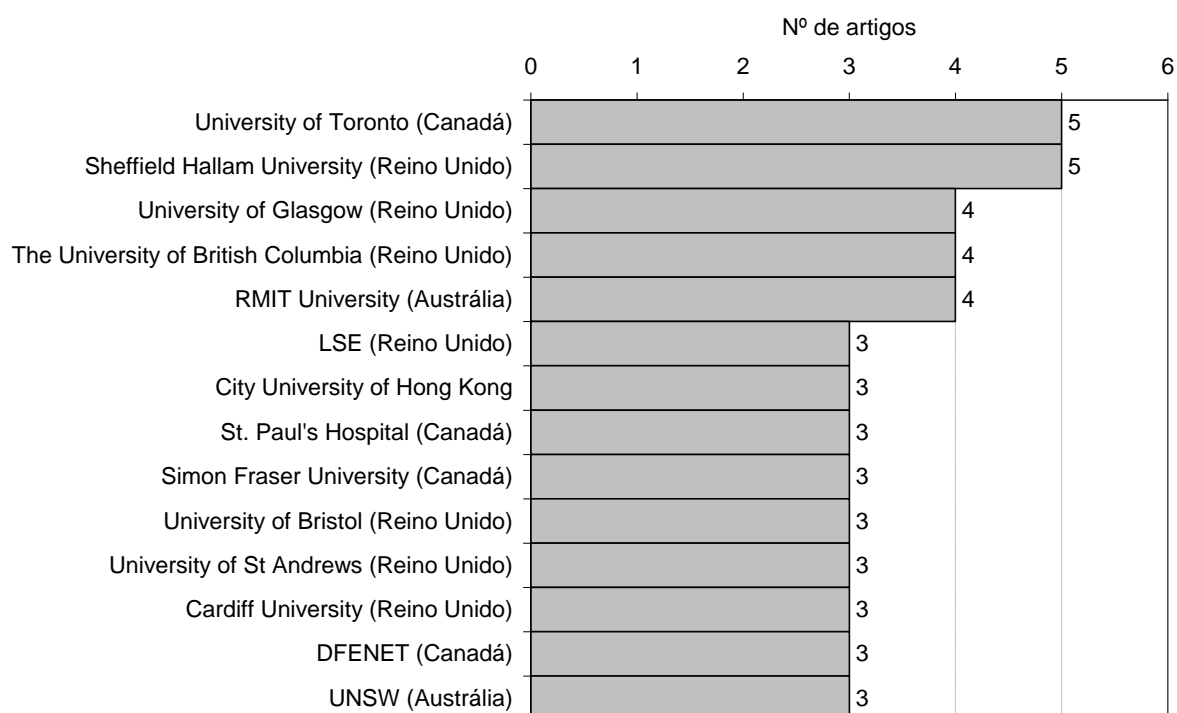


Figura 3- Instituições que mais publicam, mundialmente, a respeito dos temas “habitação social” e “juventude”.

Ao se analisar a Figura 3, é possível perceber um empate quantitativo entre a Universidade de Toronto, no Canadá, e a Universidade Sheffield Hallam, no Reino Unido. Outro ponto que merece relevo é que há forte predominância das instituições do Reino Unido quando se escalonam as instituições que mais publicam, mundialmente, a respeito dos temas “habitação social” e “juventude”. No Brasil, não há uma instituição com destaque em publicações sobre os temas examinados.

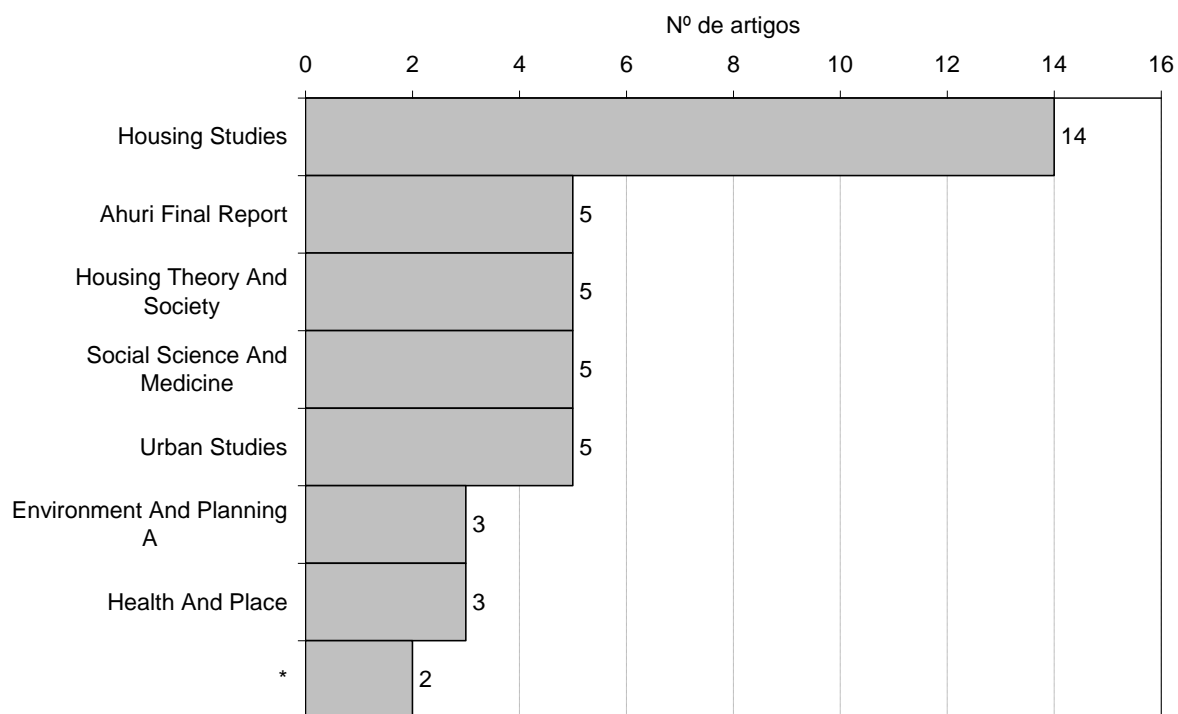


Figura 4- Periódicos que mais publicam, mundialmente, sobre os temas “habitação social” e “juventude”.

Na Figura 04, são apresentados os periódicos com maiores quantidades de publicações relacionadas aos temas “habitação social” e “juventude”. Observa-se que, em nível mundial, há uma significativa liderança do periódico “Housing Studies”. Não há nenhum periódico brasileiro listado dentre os sete elencados na base Scopus.

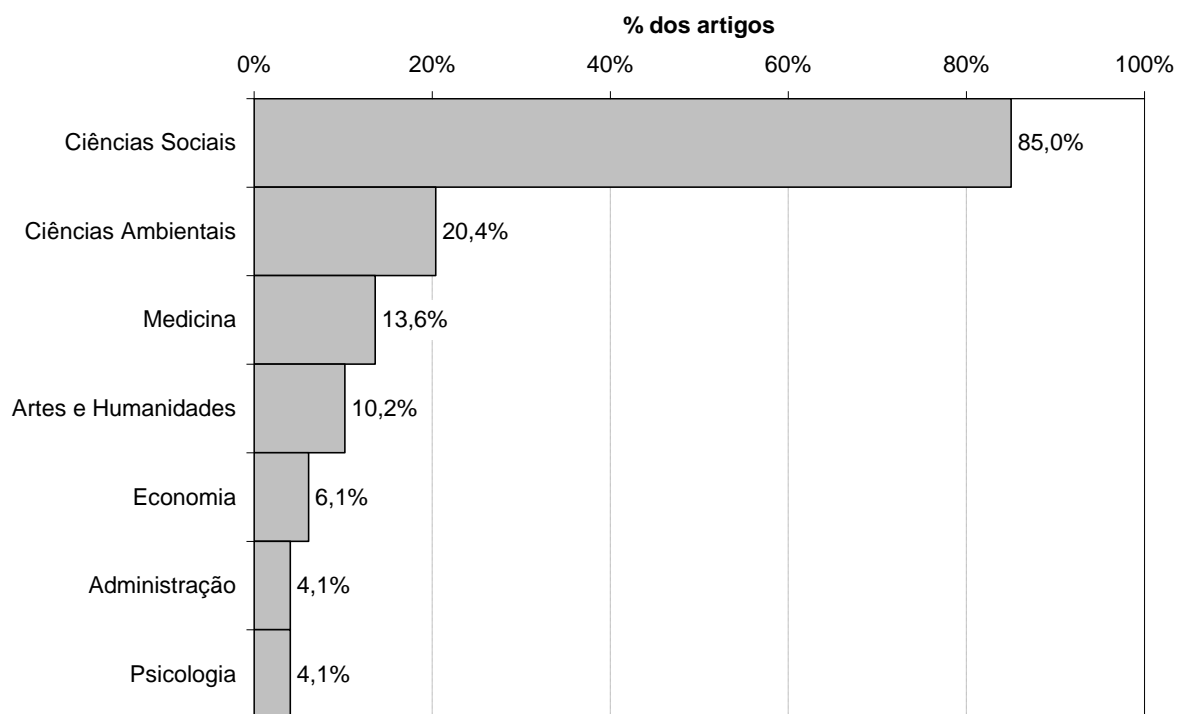


Figura 5- Principais áreas de vinculação dos artigos publicados na base Scopus e relacionados aos temas “habitação social” e “juventude”.

Mundialmente, dentre as áreas em que as publicações relacionadas aos temas “habitação social” e “juventude” mais estão vinculadas, destaca-se a área de ciências sociais, com liderança expressiva, seguida das de ciências ambientais e medicina, nesta ordem.

Universidade Sheffield Hallam, no Reino Unido. No Brasil, não há uma instituição com destaque em publicações sobre os temas examinados.

As áreas que mais têm realizado esforços no sentido de estudar e pesquisar a respeito dos temas são as de ciências sociais, de ciências ambientais e de medicina. Nota-se também que, em termos mundiais, o periódico “Housing Studies” é o que mais tem publicado sobre o tema. Não há nenhum periódico brasileiro listado dentre os sete elencados na base Scopus.

Este trabalho tem sua importância relacionada ao mapeamento dos principais países, instituições, periódicos, áreas e autores que mais publicam sobre os temas “habitação social” e “juventude”, e auxilia a diagnosticar quais os principais centros de excelência da área, bem como a verificar se investimentos estão sendo suficientes e/ou se estão alcançando os resultados esperados.

Constata-se que, apesar da celebração dos trinta anos da Constituição Federal, dos vinte e oito anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos dezessete anos do Estatuto da Cidade, raros são os estudos que fazem as devidas imbricações entre os direitos dos jovens a se apropriar, usar, circular e pertencer à cidade e a habitação social. Com isso, fecham-se os olhos para uma relação de simbiose existente entre a juventude e o direito à cidade, de tal forma que, a partir de uma ingênua concepção, a cidade pudesse ser imaginada e concebida sem a análise das percepções externadas por esses importantes membros que compõem o seu núcleo.

REFERÊNCIAS

ARCHAMBAULT, Éric. et al. Comparing bibliometric statistics obtained from the web of science and Scopus. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 7, p. 1320–1326, 2009.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: FAPESP, 1998.

BORSCHIVER, Suzana; GUEDES, Vânia L. S. Bibliometria: uma revisão da literatura dessa ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: SEMINARIO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o global e o local. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

CASSAB, Clarice. **(Re) Construir utopias**: jovem, cidade e política. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro**: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza. Niterói: Intertexto, 2001.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 1, n. 45, p.152-166, 1996.

DU, Huibin. et al. A bibliographic analysis of recent solar energy literatures: The expansion and evolution of a research field. **Renewable Energy**, v. 66, p. 696–706, 2014.

EVANS, Peter B. **Dependent development**: the alliance of multinational, state, and local capital in Brazil. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1979.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do Direito à Cidade à Revolução Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: ANNABLUME, 2001.

JACOBS, Jane. **A morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Erminia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARICATO, Erminia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: _____.
ARANTES, Otilia ; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único:**
desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MESQUITA, Rosa Maria Apel; BRAMBILLA, Sônia Domingues Santos; LAIPELT,
Rita do Carmo Ferreira et al. Elaboração e aplicação de instrumentos para avaliação
da base de dados Scopus. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, p. 187-
205, 2006.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. A favela e a utopia do direito à cidade no Rio de
Janeiro. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre.
Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/pinon.htm>>. Acesso em: 07 set.
2017.

PIQUET, Rosélia. **Indústria e Território no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro:
Garamond, 2007.

PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O desenvolvimento urbano em
questão**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of
Documentation**, v. 25, n. 4, p. 348-349, 1969.

QUIVY, Raymond. **Manual de Investigación em Ciencias Sociales**. México:
Limusa, 2005.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 2000
(Revised Edition).

ROSTIROLLA, Gustavo. Bibliometria como tema de tese: análise a partir da
biblioteca digital de teses e dissertações. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE
BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, v. 4, p. POSTER-17, 2014.

SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva. Planejamento urbano: para quê e para
quem? **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Estado, o direito e a questão urbana. In:
FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). **Invasões Urbanas**: conflito de direito de
propriedade. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SANTOS, Milton. Guerra dos Lugares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 ago. 1999. Caderno Mais.

_____. **O Espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: HUCITEC, 1991.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; KOBASHI, Nair Yumiko. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, p. 1, 2009.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e. Sobre a Análise do Discurso. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 4, n. 1, p.16-40, 2005.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de Discurso e Psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

VAINER, Carlos. **Cidade de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. 2011. Disponível em:
<https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_exc_eao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: _____.
ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

VANTI, Nadia. Da Bibliometria à Webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n.2, p. 152-162, 2002.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Transporte público urbano nos países em desenvolvimento**: reflexões e propostas. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2000.

ZUPIC, Ivan; CATER, Tomaz. Bibliometric Methods in Management and Organization. **Organizational Research Methods**, v. 18, n. 3, p. 429–472, 2015.